

REVISTA FAROL

FACULDADE ROLIM DE MOURA

ISSN Eletrônico: **2525-5908**

www.revistafarol.com.br

A importância da didática no processo de inclusão das escolas públicas

Daiane de Lourdes Alves

Ângela Cutolo

A importância da didática no processo de inclusão das escolas públicas

Daiane de Lourdes Alves¹

Ângela Cutolo²

RESUMO: Este artigo pretende contribuir com a prática didática pedagógica do professor na sala de aula. Oferecendo subsídios teóricos metodológicos capazes de dar suporte à ação do mestre, favorecendo o processo social da inclusão. A partir de uma revisão de literatura especializada – que agrega o saber histórico, como ferramentas de apoio educacional para professores de escolas públicas trabalhar com alunos com necessidades especiais. A educação inclusiva é para que os estudantes com necessidades especiais tenham acesso ao ensino formal sem distinções dentro da sala de aula.

Palavras-chave: Inclusão. Prática didática pedagógica. Sala de aula.

The importance of didactics in the public school inclusions process abstract

ABSTRACT: This article aims to contribute to the didactic pedagogical practice of the teacher in the classroom. Offering theoretical methodological subsidies able to support the master's action, favoring the social process of inclusion. From a review of specialized literature - which aggregates historical knowledge, as tools of educational support for teachers of public schools work with students with special needs? Inclusive education is for students with special needs to have access to formal education without distinctions within the classroom.

Keywords: Inclusion, Pedagogical didactic practice, classroom.

¹Mestranda em Ciência da Educação, Graduada em pedagogia, pela Universidade Federal de Rondônia. Pós-graduada em Educação Infantil, Fundamental e Gestão Educacional; Psicopedagoga clínica e institucional. daianevelho89@live.com

² Mestranda em Ciência da Educação. Pós-graduada em Visão Interdisciplinar em Educação e Mídias da Educação. Graduada em Pedagogia com Licenciatura Plena. angelac227@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade fala-se muito em inclusão e as escolas estão tentando fazer as adaptações necessárias para receber e trabalhar com as diferenças dos estudantes e suas limitações. O artigo 208 da Constituição Brasileira diz que é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado as pessoas com necessidades especiais propiciando ao professor e a escola a desenvolver as diferentes particularidades dos alunos. A responsabilidade do aprender é compartilhada com os pais, com a professora da sala do Atendimento Educacional Especializado (quando a escola a possuem) e do professor titular da turma ou professores se tratando de ensino fundamental II em diante, ficando para os dois últimos mais o supervisor pedagógico realizarem as adaptações necessárias no currículo a ser utilizado pelo aluno. A escola tem como papel fundamental oferecer vagas para todos os alunos, independente das suas características. A política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva MEC (2008, p.54) que tem como alvo:

Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

A educação inclusiva tem como finalidade incluir os alunos com necessidades especiais na escola regular, fazendo com que se interagem com todos os alunos, num ensino de qualidade, sem discriminação alguma, respeitando as peculiares de cada estudante. A escola seria um ambiente inclusivo e afáveis onde todos possam frequentar e aprender com as diferenças.

Segundo Vygotsky (1984, p. 101) “O aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma seriam impossíveis de acontecer...”

A sala de aula é um espaço determinante para que o aluno possa socializar suas experiências com outros estudantes de forma que o ajude no crescimento afetivo, cognitivo e social favorecendo a inclusão na escola. Para Hugo Beyer (2005) Os princípios da Educação

Inclusiva são: (ou deveriam ser) Individualização do Ensino: objetivo, didática, avaliação; Sistema de Biociência: professor titular e especialista; Redução numérica de alunos em sala de aula; Centro de Apoio – Salas de Recurso; Conceito de Educação Especial “subsidiária”.

Vale destacar que o Objetivo, Didática e avaliação, são os pontos considerados essenciais entre professor e pais de alunos, pois ambos são corresponsáveis pelo estudante portador de necessidades especiais e nem sempre concordam com os critérios e métodos utilizados na hora de desenvolver uma atividade ou de conduzir uma avaliação.

Na real circunstância os pais participam da vida escolar dos filhos, mesmo por que nem todas as escolas possuem cuidadores para acompanhar os estudantes, ficando esta responsabilidade para os pais cujos filhos têm alguma necessidade especial, cabendo ao professor a função de ser estimulador do saber otimizando as aulas através dos recursos pedagógicos disponíveis na escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, garante as pessoas com necessidades especiais os seguintes direitos nos artigos citados abaixo:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; (Brasil, 2005, p.18).

A inclusão dos alunos com necessidades especiais devem ser respeitadas, pois já está pautada em leis, os professores precisa ter um olhar diferenciado para ensinar estes alunados. Vale ressaltar que os alunos com necessidades especiais têm seus direitos garantidos na lei, após muitas lutas ao longo dos anos. Lugar de estudante é na escola, não importa se o aluno é dito normal ou que tenha alguma limitação, pois todos tem o direito de aprender sem distinção alguma.

A proposta deste trabalho é tentar encontrar caminhos para algumas inquietações de professores: Estou preparado para receber aluno com necessidades especiais em minhas aulas? Estou preparado o suficiente para aplicar técnicas didáticas pedagógicas eficientes? Saberei adequar corretamente o currículo para meu aluno? Vou avaliá-lo de maneira adequada? Essas interrogações fazem parte do fazer pedagógico dos professores nas escolas públicas e neste trabalho tentaremos sugerir algumas possíveis soluções para melhorar o dia a dia do professor.

A educação inclusiva chegou às escolas públicas no ensino regular, e os professores estão preocupados, pois somos sabedores que a grande maioria não recebe ou não recebeu formação acadêmica especializada para desenvolver um trabalho satisfatório com alunos especiais em sala de aula. Para tantos professores precisam estar em constante estudo para que saibam compreender as necessidades especiais educativa do aluno. A educação especial é uma modalidade de ensino que tem como finalidade quebrar os paradigmas que impedem o indivíduo com necessidades especiais a exercer sua cidadania.

O mestre precisa ser um pesquisador, e antes de tudo Humano já que existe uma lacuna em sua formação. Como nos diz Freire: *“Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino... Pesquiso para constatar, constatando intervenho, intervindo educo e me educo”*. (Freire, 1998,32).

A metodologia sugerida a ser utilizada será à revisão da pesquisa literária por se tratar de um estudo de prática pedagógica. A inclusão escolar acontece a partir do momento em que o estudante realiza sua matrícula na secretaria da escola, os alunos que já fazem algum tipo de tratamento com especialistas, possuem laudos médico e geralmente os pais ou responsáveis já o trazem e apresentam na secretaria no ato da matrícula. O estudante com necessidades especiais recém chegado é obrigado a se adaptar aos ambientes que a escola possuem e interagir dentro destes. Nessa etapa é importante que os professores e demais funcionários estejam em constante observação até que aconteça a adaptação ao novo ambiente.

É fundamental que os professores da turma conheçam o laudo médico do aluno com necessidades educativas especiais que irá trabalhar, e que dialoguem com pais ou responsáveis para compreender este aluno, para planejar suas ações pedagógicas de acordo com as necessidades apropriadas para cada caso.

É conhecendo as necessidades dos alunos que o professor irá planejar considerando as dificuldades individuais para então fazer algumas adaptações no currículo, no entanto surgem dúvidas, como e onde buscar orientações sobre como enfrentar as dificuldades didáticas pedagógicas? Ilusão pensar que encontraremos algo pronto, uma prática de ensino específica, uma receita.

Na perspectiva inclusiva e de uma escola de qualidade, os professores não podem duvidar das possibilidades de aprendizagem dos alunos, nem prever quando esses alunos irão aprender. A deficiência de um aluno também não é motivo para que o professor deixe de proporcionar-lhe o melhor das práticas de ensino e, ainda, não justifica um ensino à parte, individualizado, com atividades que discriminam e que se dizem “adaptadas” às possibilidades de entendimento de alguns. Ele deve partir da capacidade de aprender desses e dos demais alunos, levando em consideração a pluralidade das manifestações intelectuais. (MACHADO, 2008, p. 72-73).

Numa visão inclusiva é o aluno que se adapta ao novo conhecimento e só ele é capaz de regular seu processo de construção intelectual, cabendo ao professor ser mediador desse processo de aprendizagem de acordo com as atividades, interesse e possibilidades do aluno.

Uma boa estratégia é incluir uso das mídias no cotidiano da sala de aula, pois é fundamental propor atividades educativas abertas e flexíveis que atendam às necessidades de mudanças do aluno. Os softwares educativos, a TV, a internet, dentre outros são aliados do professor no planejamento da aula. Dessa forma, diferentes expressões da inteligência são valorizadas ou depreciadas conforme o contexto sócio histórico (Alencar, 1986; Brasil). Na verdade é preciso estar preparado para a rápida evolução tecnológica destes novos tempos, que influencia e modifica o processo educativo e a nossa relação com a construção do conhecimento.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Inclusiva nos apresenta algumas estratégias para serem usadas com alunos com alguma necessidade especial. Ele nos sugere que se inicie a mudança pelo Projeto Pedagógico Escolar (P.P.E.), em seguida o currículo desenvolvido na sala de aula e por fim no nível individual de cada aluno. Essas mudanças focam principalmente a flexibilização do currículo para o estudante ter um atendimento individualizado eficiente.

O professor necessita considerar a relação professor/aluno, relação aluno/aluno, o agrupamento que favoreça a aprendizagem, seleção e adaptação dos recursos materiais, organização do tempo e diversificar os instrumentos e procedimentos de avaliação. Essas

modificações servem para que o aluno participe das atividades escolares de modo a criar um clima favorável à aprendizagem.

A avaliação deve fazer parte de todo o contexto escolar, levando em consideração diversos fatores que envolvam o aluno, como o estilo de aprendizagem, o nível de competência curricular e o aspecto de desenvolvimento particular de cada um (biológico, motor, intelectual). O professor, a equipe pedagógica e os pais têm a responsabilidade compartilhada neste processo de avaliação do aluno.

Parafraseando Luckesi: a avaliação deve ser inclusiva, democrática e amorosa voltada para buscar o que o aluno tem de melhor. Avaliar a aprendizagem escolar implica estar disponível para acolher nossos educandos no estado em que estejam, para, a partir daí, poder auxiliá-los em sua trajetória de vida.

Para avaliar usam-se muito na prática escolar os Portfólios, onde o professor anexa todas as atividades desenvolvidas durante as aulas, como também os relatórios de final de bimestre. O que os professores reclamam é que fica complicado mensurar em notas essas atividades e relatórios, pois é uma exigência da legislação escolar.

Nesse momento, começam as exclusões para alunos com necessidades especiais. Na visão de Mantoan (2007, p.50),

“[...] é urgente substituir o caráter classificatório da avaliação escolar, através de notas e provas, por um processo que deverá ser contínuo e qualitativo, visando depurar o ensino e torná-lo cada vez mais adequado e eficiente à aprendizagem de todos os alunos”.

Em tese esse pensamento é algo difícil de ser colocado em prática, pois o próprio sistema educacional nos impõe e cobra uma avaliação classificatória. Para os alunos ditos “especiais” o professor precisa ter uma avaliação diferenciada, como um portfólio, relatório individual e avaliar pela observação conforme sua aprendizagem. Com o uso do portfólio o professor conhece a produção individual do aluno. Através das observações sistemáticas e diárias das atividades realizadas pelos os alunos, os professores passam a avaliar e ver se seus alunos estão aprendendo, como se aprendem e como poderia ser a atividade se o aluno não está conseguindo, com isto o professor poderia se auto-avaliar.

CONCLUSÃO

Os desafios encontrados por pais, supervisores, professores e alunos com necessidades especiais frente ao fazer pedagógico na sala de aula são muitos. Cada ser é único e possuem necessidades específicas, na literatura atual dificilmente encontramos um caminho pronto para seguir, ficando a tarefa de adaptar e transformar as atividades em algo interessante e prazeroso. Algumas possíveis sugestões e ideias devem ser encontradas através da pesquisa criativa com ajuda de toda a equipe escolar inclusive dos pais. Os educadores devem ser tolerantes com os alunos e os pais parceiros no que diz respeito à proposta de trabalho apresentado em sala de aula, pois cada pai ou responsável têm sua opinião sobre o avanço ou estagnação escolar do filho.

O professor devera partir de uma avaliação diagnóstica, somativa e contínua para fazer as adequações necessárias para o avanço da aprendizagem do estudante. Quando possível deve deixá-lo vivenciar essa experiência de se avaliar utilizando a auto avaliação. Para quando chegar a hora de avaliar não ser injusto com o aluno, mas avaliar para a inclusão.

Atualmente nossas escolas não estão preparadas para receber estes alunos especiais, como de fato que é para ser, a inclusão deve-se fundamentar na filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, mas infelizmente ainda no século XXI, nossa escola e os professores não estão preparados para receber estes alunos, pois muitas das vezes o professor nem sabe avaliar este aluno, deixa de lado.

Vale destacar que para ser um bom profissional e mudar este paradigma, o profissional deve valorizar e reconhecer o valor histórico e cultural de cada indivíduo, fazendo com que se interagem e socialize, o professor precisa estar constantemente buscando novos métodos, currículos e novas praticas para estar ensinando seus alunos. Para concluir o educador antes de ensinar ao estudante, precisa primeiramente se comunicar com ele, através disso professor e aluno cria laços de amizade, uma interação, no entanto ocorre uma aproximação onde o professor percebe a real dificuldade do aluno. “As práticas pedagógicas em uma escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional”. (PACHECO, 2007, p. 15).

Os docentes carecem estar se capacitando e se aprimorando em relação à teoria e a prática sobre a inclusão na escola regular de ensino, pois a maioria parte dos professores vão para a sala de aula sem conhecimento e domínio para atuar com alunos especiais. Pode-se concluir que para educar exige do profissional de educação um planejamento flexível que está direcionado para a realidade dos alunos, é necessário que o professor esteja se atualizando sempre e buscando subsídios sobre o fato que está incluído aos seus alunos.

Para o professor não deve ter classificações entre alunos normais e alunos especiais, para ele cabe dizer que todos são iguais e que tem os mesmos direito à educação de qualidade. Ao avaliar o aluno pelo portfólio ou observações, o professor está acompanhando o processo de ensino e aprendizagem do aluno, isto é, cada aluno tem seu tempo de aprender e seu método próprio de construir seus conhecimentos, o professor tem que usar vários recursos para avaliar seus alunos não apenas a prova, pois cada aluno é diferente um do outro. O professor é essencial para a vida dos estudantes, tem como alvo incentivar e valorizar seus alunos fazendo com que cada um se desenvolva e que aprendem.

REFERÊNCIAS BIOGRÁFICAS

ALENCAR, E. S. Psicologia e educação do Superdotado-São Paulo: EPU, 1986.

BUSCAGLIA, L. *Os deficientes e seus pais*. Rio de Janeiro, Record, 1993.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei n. 9.394/96

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra S/A, 1998, p. 32.

LUCKESI, Cipriano Carlos. "O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem." *Revista Pátio* 12 (2000).

MACHADO, R. Educação inclusiva: revisar e refazer a cultura escolar. In: MANTOAN, M. T. E. *O desafio das diferenças na escola*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 69-76.

MANTOAN, M. T. E. Educação inclusiva: orientações pedagógicas. In: BRASIL. Ministério da Educação. Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas. Brasília: SEESP, 2007.

MEC, Inclusão. Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial. v.4, nº 1 – jan/jun, 2008.

PACHECO, José. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

VYGOTSKY Lev. A Formação Social da Mente. São Paulo. Editora Martins Fontes, 1984, p. 101.

Recebido para publicação em janeiro de 2018

Aprovado para publicação em janeiro de 2018